



Câmara Municipal
Jundiaí
SÃO PAULO

00100 164231/2018 - SU
04020408 (2/50/E)

Of. PR/DL 813/2018

Jundiaí, em 27 de novembro de 2018

Exmo. Sr.
Presidente do Congresso Nacional
Senador Eunício Oliveira
Brasília/DF

Junto-se ao processo nº da

PLC

nº 27 de 2016

Em 28/11/19

Sen. Paulo Paim

Encaminho, por cópia anexa, a MOÇÃO N.º 170, de autoria do Vereador Márcio Petencostes de Sousa, aprovada na 85.ª Sessão Ordinária, nesta data.

Grato pela gentil atenção, apresento respeitosas saudações.

GUSTAVO MARTINELLI
Presidente





MOÇÃO Nº 170

REPÚDIO do Projeto de lei 27/2016 (de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que reajusta o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal) e do Projeto de lei 28/2016 (de iniciativa da Procuradoria-Geral da República, que reajusta o subsídio do Procurador-Geral da República), aprovados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e submetidos à sanção do Presidente da República.

APRESENTADA

Jundiaí
Presidente
27/11/2018

Jundiaí
27/11/2018

Aprovados na Câmara dos Deputados, foram aprovados também no Senado Federal e submetidos à sanção do Presidente da República o Projeto de lei 27/2016 (de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que reajusta o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal) e o Projeto de lei 28/2016 (de iniciativa da Procuradoria-Geral da República, que reajusta o subsídio do Procurador-Geral da República). São reajustes absurdos e irresponsáveis, principalmente neste momento de crise econômica. Haverá "efeito cascata", elevando a remuneração na magistratura, de outros ministros, conselheiros, parlamentares e servidores dos Estados e da União. O aumento do teto constitucional neste momento é uma irresponsabilidade moral e não atende o interesse da população, não é positivo nem melhorará a vida do povo.

Em nome dos mais pobres, que acabam pagando a conta, sou contra as propostas, razão por que

APRESENTO à Mesa, na forma regimental, para apreciação do Plenário, esta Moção de REPÚDIO do Projeto de lei 27/2016 (de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que reajusta o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal) e do Projeto de lei 28/2016 (de iniciativa da Procuradoria-Geral da República, que reajusta o subsídio do Procurador-Geral da República), aprovados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e submetidos à sanção do Presidente da República. Dê-se ciência a: 1. Presidente da República; 2. Presidente da Câmara dos Deputados; 3. Presidente do Senado Federal.

Sala das Sessões, 27-11-2018.

Marcio Petencostes de Sousa
MÁRCIO PETENCOSTES DE SOUSA
(Márcio Cabeleireiro)



Brasília, 21 de fevereiro de 2019.

Senhor Gustavo Martinelli, Presidente da Câmara
Municipal de Jundiaí – SP,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do Of. PR/DL 813/2018, de Vossa Excelência, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida para juntada ao Projeto de Lei da Câmara nº 27 de 2016, que *“Dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências”*.

Para consulta, a matéria encontra-se disponível em:
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126084>.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa

